

Uma advogada extraordinária: estereótipos, inclusão e a representação do tea na indústria cultural

Victoria Marques de Souza

Bruno César dos Santos

RESUMO

Este artigo analisa as representações do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na série "Uma Advogada Extraordinária", destacando avanços e limitações na abordagem do tema. Com base em uma metodologia qualitativa, bibliográfica e exploratória, a pesquisa investiga como o audiovisual retrata as complexidades do espectro autista, identificando estereótipos, práticas capacitistas e lacunas narrativas. A análise evidencia a relevância de narrativas mais inclusivas, que considerem a diversidade dentro do espectro, e aponta para a necessidade de maior protagonismo de pessoas autistas na construção dessas representações. Ao explorar as contribuições e desafios da série, este estudo amplia o debate sobre o papel do audiovisual na construção de uma sociedade mais equitativa e sensível à neurodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Transtorno do Espectro Autista (TEA); Representatividade; Indústria Cultural; Inclusão; Narrativas Audiovisuais.

1. INTRODUÇÃO

A crescente popularização das plataformas de streaming trouxe à tona debates sobre representatividade e inclusão em narrativas audiovisuais. Nesse cenário, a série da Netflix "Uma Advogada Extraordinária" destaca-se por abordar o Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio da trajetória da protagonista Woo Young Woo, uma jovem advogada coreana que enfrenta

desafios sociais e profissionais enquanto busca afirmar sua identidade em uma sociedade predominantemente neurotípica. Ao apresentar uma personagem com características do TEA, a série desperta reflexões sobre estereótipos, inclusão e as lacunas na representação da neurodiversidade no audiovisual contemporâneo.

A problemática deste estudo concentra-se em como a série “Uma Advogada Extraordinária” constrói a representação do TEA e quais impactos essas representações têm sobre a percepção social do transtorno. Questiona-se até que ponto a narrativa contribui para desconstruir preconceitos ou, paradoxalmente, reforça estereótipos e práticas capacitistas. Duas hipóteses norteiam a análise: a primeira é que a série, ao explorar aspectos específicos do TEA, contribui para ampliar a visibilidade do transtorno e fomentar debates inclusivos; a segunda considera que, apesar de avanços, limitações no roteiro e na escolha de elenco perpetuam a visão estereotipada sobre o espectro autista.

O objetivo geral deste artigo é analisar como o TEA é representado na série *Uma Advogada Extraordinária*, destacando avanços e limitações das narrativas audiovisuais nesse contexto. Para alcançar essa meta, os objetivos específicos incluem: (1) identificar os estereótipos e práticas capacitistas presentes na narrativa da série; (2) avaliar a contribuição da obra para a construção de representações mais inclusivas sobre o TEA; e (3) propor reflexões sobre a importância da diversidade na produção audiovisual.

A pesquisa, de caráter bibliográfico, qualitativa e exploratória, fundamenta-se em uma análise crítica da série a partir de autores que abordam identidade, representação e narrativas midiáticas. Stuart Hall (2016) fornece as bases teóricas para a discussão sobre representações culturais, enquanto Woodward (2000) e Goffman (2004) aprofundam a relação entre identidade, diferença e estigma. Além disso, obras como Freire Filho (2005) e Mizael e Ridi (2022) são mobilizadas para discutir o impacto das produções audiovisuais sobre a percepção social de minorias, incluindo pessoas autistas.

Por meio da articulação entre teoria e análise empírica, este estudo busca contribuir para o debate sobre como narrativas audiovisuais podem promover ou obstaculizar a inclusão,

especialmente em um momento histórico em que a diversidade ocupa um papel central nas discussões sociais e culturais.

2. HISTÓRIA, DIAGNÓSTICO E INCLUSÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CENÁRIO BRASILEIRO E GLOBAL

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa do neurodesenvolvimento que tem suas raízes nos primeiros estudos realizados no século XX. A história do autismo como diagnóstico clínico é relativamente recente, marcada por importantes avanços teóricos e científicos. Leo Kanner, em 1943, foi o primeiro a identificar e descrever o transtorno em crianças que apresentavam dificuldades significativas na interação social e na comunicação, bem como comportamentos restritivos e repetitivos.

Seu artigo seminal, “Os distúrbios autísticos do contato afetivo”, destacou que essas crianças possuíam uma incapacidade inata de estabelecer relações afetivas normais, além de demonstrarem fascinação por objetos específicos e uma adesão rígida a rotinas. Kanner atribuiu inicialmente o autismo a fatores parentais, sugerindo que pais “emocionalmente frios” poderiam estar associados ao desenvolvimento do transtorno, uma teoria posteriormente desmentida pelas pesquisas contemporâneas (KANNER, 1943 apud BRASIL, 2015).

No mesmo período, Hans Asperger, psiquiatra austríaco, identificou características semelhantes em um grupo de crianças, porém com diferenças marcantes. Em 1944, Asperger descreveu crianças que, embora apresentassem dificuldades na interação social, exibiam habilidades notáveis em áreas específicas, como memória e linguagem. Asperger utilizou o termo “psicopatia autística” para descrever essas crianças e destacou que os sintomas eram mais prevalentes em meninos.

A “Síndrome de Asperger”, como ficou conhecida, foi incluída como diagnóstico distinto até ser incorporada ao conceito de espectro autista no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado em 2013 (VOLKMAR; PAUL, 1985 apud

TAMANAHA et al, 2008). A ampliação do conceito de autismo ocorreu com a psiquiatra britânica Lorna Wing, que em 1981 cunhou o termo “espectro autista”.

Wing argumentou que o autismo não era um transtorno homogêneo, mas uma condição que se manifestava de maneira diversa em termos de gravidade e impacto funcional. Sua pesquisa foi fundamental para superar as visões reducionistas do transtorno e criar uma abordagem diagnóstica mais inclusiva, que levava em conta a ampla variabilidade de sintomas entre os indivíduos (PINTO, 2021).

O reconhecimento do autismo como uma condição amplamente variável e presente em todas as culturas levou ao aumento significativo dos diagnósticos nas últimas décadas. No Brasil, esse crescimento está relacionado ao avanço das políticas públicas, à maior disponibilidade de profissionais capacitados e à inclusão do autismo no Sistema Único de Saúde (SUS) como condição prioritária para diagnóstico e intervenção.

Dados recentes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) indicam que uma em cada 160 crianças em nível global é diagnosticada com TEA. No Brasil, o número de diagnósticos aumentou substancialmente nos últimos 20 anos, especialmente devido ao maior conhecimento sobre o espectro e à inclusão do transtorno nas legislações educacionais e de saúde (OPAS, s/d).

O TEA é classificado em três níveis, definidos com base na intensidade dos sintomas e na necessidade de suporte. No nível 1, caracterizado como leve, indivíduos podem apresentar dificuldades moderadas em interações sociais e comunicação, mas conseguem funcionar de maneira relativamente independente. No nível 2, ou moderado, há uma necessidade maior de suporte devido às dificuldades mais acentuadas de comunicação e comportamento adaptativo. Já o nível 3, considerado severo, requer suporte substancial para lidar com déficits graves na comunicação e comportamento (PINTO, 2021).

Essas classificações destacam a diversidade dentro do espectro e reforçam a necessidade de abordagens terapêuticas individualizadas. Entre as metodologias de intervenção mais reconhecidas, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ocupa posição de destaque. Baseada em princípios científicos do comportamento, a ABA utiliza reforço positivo para desenvolver habilidades sociais, comunicativas e adaptativas, enquanto reduz comportamentos desafiadores.

Estudos como o de Azevedo (2017) mostram que a aplicação de ABA em intervenções precoces pode levar a melhorias significativas no desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças com TEA. Exemplos práticos incluem o uso de reforço para ensinar habilidades como fazer contato visual, responder a comandos e realizar atividades diárias, como vestir-se e alimentar-se de forma independente. Apesar dos benefícios amplamente documentados, a ABA ainda enfrenta desafios no Brasil, especialmente relacionados ao custo e à formação de profissionais especializados (AZEVEDO, 2017).

No âmbito educacional, a inclusão de estudantes com TEA em escolas regulares é assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial (Decreto nº 10.502/2020). Apesar disso, os desafios para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva permanecem. Muitos professores relatam dificuldades em adaptar o currículo às necessidades específicas dos estudantes autistas e em manejá-los comportamentos desafiadores na sala de aula.

Mantoan (2023) argumenta que a inclusão não se limita à presença física no ambiente escolar, mas deve envolver práticas pedagógicas que considerem as singularidades de cada estudante, promovendo sua participação ativa e aprendizado significativo.

No cenário social, as pessoas com TEA ainda enfrentam barreiras significativas relacionadas ao preconceito e à falta de compreensão sobre suas necessidades. Campanhas de conscientização têm desempenhado um papel importante na mudança dessa realidade, mas a aceitação plena do autismo como parte da diversidade humana ainda é um objetivo a ser alcançado. Além disso, a integração de indivíduos autistas no mercado de trabalho e em atividades comunitárias continua sendo um desafio, exigindo maior engajamento das empresas e da sociedade como um todo (OLIVEIRA, 2020).

O avanço no entendimento e no manejo do TEA demonstra a importância de abordagens interdisciplinares e baseadas em evidências. Contudo, o caminho para a inclusão plena e o acesso universal a intervenções eficazes ainda depende de esforços contínuos em pesquisa, políticas públicas e conscientização social.

3. A REPRESENTAÇÃO DO AUTISMO NA INDÚSTRIA CULTURAL: INCLUSÃO, ESTEREÓTIPOS E DESAFIOS NARRATIVOS

O aumento nos diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) também reflete uma necessidade crescente de representatividade e reconhecimento desses indivíduos em diversos âmbitos da sociedade, especialmente na indústria cultural. Essa demanda é ampliada pelo desejo de muitas pessoas em abordar o TEA como tema central, buscando promover maior conscientização e inclusão.

Para Freire Filho (2005), a mídia de massa desempenha um papel crucial na construção de percepções sociais, fornecendo descrições textuais e visuais que moldam a maneira como os indivíduos compreendem a si mesmos e aos outros. Por meio de filmes, comerciais, reportagens e programas de TV, a indústria cultural define o que é considerado ideal ou aceitável em termos de comportamento, aparência e conduta, delimitando fronteiras simbólicas que incluem os "normais" e excluem os "diferentes".

Essa construção simbólica reforça identidades baseadas na diferença, uma vez que, como destaca Woodward (2000), a identidade é relacional e depende de contraposições para existir. Por meio da comparação entre "nós" e "eles", estabelecem-se categorias como neurotípicos e neuroatípicos, que ajudam a moldar como as pessoas veem a si mesmas e aos outros. Essas classificações, porém, frequentemente perpetuam estigmas e preconceitos, reduzindo as identidades a simplificações que não capturam a complexidade da experiência humana. Isso é especialmente evidente na maneira como a mídia retrata o autismo, muitas vezes enfatizando estereótipos e ignorando a diversidade dentro do espectro.

A representação, enquanto prática de significação, é um processo através do qual indivíduos e grupos são compreendidos, retratados ou ignorados pela mídia. Woodward (2000) enfatiza que a representação dá sentido às experiências, posicionando os sujeitos em sistemas simbólicos que os ajudam a interpretar o mundo ao seu redor. Stuart Hall (2016) complementa ao afirmar que o sentido é produzido na interseção entre os sistemas conceituais e a linguagem.

Assim, a linguagem audiovisual desempenha um papel essencial na criação de narrativas que podem tanto reforçar quanto desconstruir preconceitos. Elementos como enquadramento, figurinos, tempo de tela e sons não são neutros, mas ferramentas que comunicam hierarquias sociais, diferenças de status e significados profundos. Quando aplicada à representação de grupos marginalizados, como indivíduos no espectro autista, a linguagem audiovisual pode gerar uma compreensão mais inclusiva ou, ao contrário, reforçar exclusões.

Shohat e Stam (1995, apud Freire Filho, 2005) destacam que o posicionamento dos personagens, a frequência com que aparecem e a forma como são enquadrados impactam diretamente a percepção do público. Se personagens neuroatípicos são retratados de maneira estereotipada ou superficial, perpetuam-se ideias reducionistas que dificultam a aceitação e a inclusão social.

Além disso, a forma como os espectadores interpretam essas representações está longe de ser uniforme. Como argumenta Hall (2016), os significados não são fixos; eles dependem das experiências e do repertório cultural de quem consome a mensagem. Esse processo de interpretação ativa leva a leituras variadas, muitas vezes divergentes do sentido originalmente intencionado. Para minimizar essa variação e alcançar maior uniformidade de significado, a indústria cultural frequentemente opta por criar classificações rígidas, simplificando narrativas e representações para que sejam mais acessíveis ao público geral.

No entanto, essa simplificação pode ser prejudicial, especialmente quando aplicada a temas complexos como o autismo. Ao reduzir as experiências neurodivergentes a estereótipos, a indústria cultural perde a oportunidade de promover uma representação rica e significativa, que capture a diversidade e a complexidade das realidades vividas por pessoas no espectro autista. Para avançar em direção a uma sociedade mais inclusiva, é fundamental que as narrativas midiáticas sejam construídas com base em pesquisas rigorosas e colaborações com indivíduos autistas e especialistas, garantindo que essas representações sejam autênticas e empáticas.

Assim, a representação não deve ser vista apenas como uma reprodução da realidade, mas como um processo ativo de construção de significados que molda percepções e comportamentos. A indústria cultural tem um papel crucial nesse processo, não apenas por sua capacidade de

influenciar a opinião pública, mas também por sua responsabilidade ética de promover narrativas que respeitem a dignidade e a diversidade humana.

Nas produções da indústria cultural, a linguagem empregada para construir sentidos e representar a imagem do outro raramente reflete a verdade em sua totalidade. Essas representações, muitas vezes idealizadas, são adaptadas para atender às exigências narrativas e emocionais das audiências. Frequentemente, estereótipos são empregados como recursos narrativos. Eles simplificam identidades e as tornam mais compreensíveis para o público, especialmente em sociedades complexas.

De acordo com Lippmann (1965 apud Coiro-Moraes, 2013), os estereótipos operam como mecanismos necessários para processar informações em contextos altamente diversificados. Contudo, foi destacado por Freire Filho (2005) que esses mesmos estereótipos restringem o pensamento, reforçando estruturas de poder, desigualdade e exploração. Desse modo, não apenas facilitam a compreensão, mas também perpetuam preconceitos e justificam comportamentos discriminatórios.

Um ponto central no impacto das representações culturais são os estigmas, definidos por Goffman (1988) como atributos depreciativos que transcendem o individual para se tornar uma marca coletiva. Esses estigmas reforçam a conexão entre atributos percebidos como diferentes e os estereótipos, limitando a compreensão sobre indivíduos e grupos ao reduzi-los a uma única característica. O vínculo entre estigma e estereótipo é, portanto, um elemento crítico na maneira como a indústria cultural molda narrativas e categoriza identidades.

Observou-se que os meios de comunicação de massa desempenham um papel crucial na legitimação e disseminação desses rótulos. É pela linguagem utilizada na mídia que estigmas e estereótipos são reforçados, como afirmou Freire Filho (2005). Essa linguagem, ao destacar apenas certos atributos de um indivíduo ou grupo, restringe a percepção pública e limita a subjetividade àquelas características selecionadas. Dessa maneira, discursos culturais acabam por influenciar quem é incluído ou excluído das representações.

A identidade, conforme apontado por Woodward (2000), é um conceito relacional que se constrói pela diferença. Somos capazes de compreender quem somos por meio do contraste com

o outro. No entanto, as diferenças nem sempre são tratadas de maneira equitativa. Algumas diferenças, dependendo do contexto histórico e social, são amplificadas, tornando-se elementos definidores da identidade e reforçando hierarquias sociais. Nesse processo, as representações criadas pela mídia não apenas refletem essas diferenças, mas também as moldam.

Ademais, as práticas de significação cultural, que produzem os significados dessas representações, envolvem relações de poder. Woodward (2000) explicou que, por meio da cultura, a identidade é moldada ao se dar sentido às experiências humanas. Porém, essas práticas simbólicas também determinam quais identidades podem ser representadas e de que maneira. Assim, estigmas e estereótipos criados ou reforçados pela mídia contribuem para a exclusão de grupos marginalizados, ao mesmo tempo que consolidam uma visão simplificada da diversidade.

Por fim, Stuart Hall (2016) argumentou que a linguagem, enquanto meio de significação, desempenha papel central na criação de representações culturais. Signos e símbolos, sejam eles visuais ou sonoros, são utilizados para produzir significados que moldam como as pessoas percebem o mundo e interagem com ele. No entanto, como o sentido das representações éativamente interpretado pelo público, há imprecisões inevitáveis nesse processo. As interpretações podem variar dependendo do repertório cultural de cada indivíduo, o que torna as representações culturais dinâmicas e multifacetadas.

A indústria cultural, ao empregar estereótipos e estigmas em suas produções, cria moldes identitários que simplificam a complexidade da experiência humana. Essas representações, embora possam facilitar a comunicação em uma sociedade plural, frequentemente engessam o pensamento e perpetuam preconceitos. Assim, é fundamental que a mídia adote práticas mais inclusivas e sensíveis ao retratar a diversidade, reconhecendo a responsabilidade ética de suas narrativas na construção de identidades e na promoção da equidade social.

4. REPRESENTAÇÕES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AUDIOVISUAL: DESAFIOS, ESTEREÓTIPOS E CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

O cinema e a televisão, enquanto instrumentos culturais de grande alcance, desempenham um papel fundamental na formação de percepções sociais, especialmente quando se trata de minorias pouco representadas, como as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Apesar de avanços em termos de visibilidade, a representação de autistas nas produções audiovisuais ainda é marcada por desafios significativos, como o uso predominante de atores neurotípicos para interpretar personagens autistas. Essa prática, conhecida como *cripface*, reforça estereótipos e proporciona uma visão distorcida do transtorno, algo que o coletivo Território Deficiente (2020) compara à prática do *blackface*, em que atores brancos caricaturavam pessoas negras. Ambos os casos sublinham a marginalização de minorias e a perpetuação de estigmas.

Embora algumas produções busquem retratar o autismo com mais autenticidade, inspirando-se em histórias reais, elas frequentemente deixam de incluir autistas no processo criativo ou na atuação, gerando lucros para a indústria sem a devida representatividade da comunidade autista.

Esse fenômeno, denominado por alguns de "cripmoney", remete ao pinkmoney da comunidade LGBTQIA+ e evidencia como questões de identidade são instrumentalizadas para fins comerciais. Prochnow (2014 apud MIZAEL et al, 2022) observa que cinema e televisão frequentemente limitam suas abordagens ao TEA, destacando apenas aspectos específicos do transtorno, o que contribui para a criação de um imaginário coletivo enviesado. Esse cenário reforça visões polarizadas sobre o autismo, como a do "gênio incompreendido" com altas habilidades ou a do indivíduo completamente dependente.

Uma das características mais recorrentes nas representações midiáticas é a predominância de personagens autistas do sexo masculino. Fombonne (2009 apud MIZAEL et al, 2022) aponta que essa preferência reflete a divulgação do TEA como mais comum em homens do que em mulheres, numa proporção de quatro para um. No entanto, estudos recentes, como os de Mizael et al (2022), sugerem que essa disparidade pode estar ligada à dificuldade em diagnosticar o autismo em meninas, que frequentemente mascaram suas características. Além disso, os comportamentos associados ao TEA nas mulheres são muitas vezes confundidos com traços de timidez, conforme observado por Singer (2017 apud Pinto 2021) e Ratto et al. (2018 apud Pinto 2021).

Essa padronização das representações acarreta prejuízos significativos para a percepção do TEA na sociedade. Quando os personagens autistas são retratados majoritariamente como homens brancos, neurotípicos e de suporte nível 1, cria-se um modelo restrito que não abrange a diversidade do espectro autista. O público neurotípico, ao consumir essas narrativas, normaliza essa visão limitada, ignorando a pluralidade de experiências vividas por pessoas autistas.

O encorajamento de representações mais inclusivas e diversas poderia transformar essa percepção. Nordahl-Hansen et al. (2017 apud Cipriano et al, 2022) defendem que uma abordagem multifacetada, que inclua personagens de diferentes níveis de suporte, contextos sociais e identidades, proporcionaria maior visibilidade à complexidade do TEA. Além disso, seria indispensável incluir pessoas autistas no processo criativo e na atuação. Isso não apenas geraria oportunidades de trabalho, mas também garantiria maior veracidade nas representações.

A inclusão de histórias que abordem a vida social, amorosa e profissional de pessoas autistas, por exemplo, ajudaria a desconstruir o capacitismo presente na sociedade. Para que essas mudanças sejam efetivas, é essencial que diretores, roteiristas e produtores pesquisem profundamente o tema.

Entrevistar pessoas autistas e questioná-las sobre como gostariam de ser representadas pode ser um ponto de partida fundamental para produções mais inclusivas. Essas iniciativas não apenas ampliariam a autenticidade das narrativas, mas também educariam o público sobre as diversas realidades dentro do espectro autista. Como resultado, seria possível promover uma cultura midiática mais sensível e alinhada aos princípios de representatividade e inclusão.

Portanto, a necessidade de reformular a maneira como o TEA é representado no audiovisual é inegável. Filmes e séries que abordem a diversidade do espectro autista de forma genuína e inclusiva poderiam transformar percepções sociais, contribuindo para uma sociedade mais justa e empática. Ao oferecer visibilidade a diferentes tipos de autismo e fomentar o protagonismo de pessoas autistas, as produções audiovisuais podem se tornar ferramentas poderosas na luta contra o capacitismo e pela valorização da diversidade humana.

5. UMA ADVOGADA EXTRAORDINÁRIA: REPRESENTAÇÕES DO TEA NO AUDIOVISUAL

A série "Uma Advogada Extraordinária", da Netflix, retrata a trajetória de Woo Young Woo, uma jovem advogada coreana fascinada por baleias. Recentemente formada em Direito, Woo enfrenta dificuldades para ser contratada, apesar de seu desempenho acadêmico excepcional, devido ao fato de ser diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A narrativa explora os desafios sociais, profissionais e emocionais da protagonista, rompendo com diversos estereótipos frequentemente associados ao TEA em produções audiovisuais.

A trama desmistifica a ideia do "autista gênio", uma figura comumente representada como infalível, sem emoções e incapaz de estabelecer relações interpessoais. Pelo contrário, a série evidencia que Woo, apesar de suas habilidades cognitivas excepcionais, enfrenta erros e conflitos tanto no ambiente de trabalho quanto em suas interações com colegas e superiores. Essas dificuldades humanas tornam a personagem mais próxima da realidade vivida por muitas pessoas autistas.

O romance vivido por Woo Young Woo é outro ponto central da série, desafiando o preconceito que vê pessoas autistas como incapazes de estabelecer vínculos afetivos. Diferentemente de outras representações midiáticas, que infantilizam pessoas autistas, a narrativa da série apresenta uma protagonista adulta, com vontades próprias e capacidade de viver experiências amorosas, demonstrando que a autonomia e a afetividade são plenamente compatíveis com o diagnóstico de TEA.

Ainda que a série rompa com alguns estereótipos, ela reforça outros. A representação de Woo, marcada por movimentos repetitivos e gestos robotizados, muitas vezes enfatiza um estilo de atuação que pode ser percebido como exagerado e estereotipado. Outro aspecto criticado é o título original em Hangul, que, ao ser traduzido literalmente para o português como "Estranho Advogado Woo Young Woo", reforça um discurso capacitista que associa o autismo a uma condição essencialmente "estranha" ou anormal.

No terceiro episódio, intitulado "This is Pengsoo", a série aborda as diferenças dentro do espectro autista ao apresentar um caso jurídico envolvendo um jovem com autismo severo (nível 3). Ao ser convocada para defender o caso, Woo questiona se foi escolhida por também ser autista. Durante essa discussão, ela esclarece ao chefe que o espectro autista é amplo e que existem níveis distintos de suporte e manifestação do transtorno. Essa cena não apenas informa o público sobre a heterogeneidade do TEA, mas também ressalta a importância de reconhecer essa diversidade nas representações culturais.

A representação visual e narrativa da série utiliza uma abordagem dramática, com cenas longas, iluminação variada e trilha sonora adaptada para enfatizar momentos específicos. Por exemplo, na tentativa de interrogar o réu autista, a equipe jurídica ajusta o ambiente com baixa iluminação e sons suaves, respeitando a sensibilidade sensorial característica de pessoas com TEA. Essas escolhas refletem um esforço para ilustrar características como estereotipias e dificuldades sensoriais, mas ainda recaem em clichês que limitam a profundidade dos personagens.

Uma das reflexões mais marcantes ocorre quando Woo Young Woo faz uma análise histórica sobre a visão da sociedade em relação ao autismo. Citando Hans Asperger, ela discute como, no passado, o autismo foi associado a ideias eugenistas que desvalorizavam vidas autistas. Esse momento sublinha o peso do preconceito histórico e contemporâneo enfrentado por pessoas autistas, apontando para a necessidade de mudanças profundas na percepção social.

Por outro lado, a série ainda apresenta falhas significativas, como a escolha de uma atriz neurotípica para interpretar a protagonista autista, configurando o chamado "cripface". Além disso, ela perpetua a ideia de que pessoas autistas são invariavelmente dotadas de habilidades extraordinárias, reforçando o estereótipo da "Síndrome de Savant". Essas representações limitadas prejudicam a compreensão do espectro autista em toda a sua diversidade, uma vez que invisibilizam indivíduos que não possuem tais características.

Para superar essas limitações, é essencial que produções futuras invistam em representações mais inclusivas e autênticas. Isso inclui a contratação de atores autistas e a consulta a especialistas e pessoas no espectro durante o processo criativo. Como argumentam Nordahl-

Hansen et al. (2017 apud Cipriano et al, 2022), a inclusão de múltiplas perspectivas e experiências pode enriquecer a narrativa, oferecendo uma visão mais ampla e empática do TEA.

Portanto, embora "Uma Advogada Extraordinária" contribua para a visibilidade do TEA e para a desconstrução de alguns estigmas, ela também evidencia os desafios e responsabilidades da indústria cultural ao representar minorias. A busca por narrativas mais representativas e menos estereotipadas é fundamental para promover uma sociedade mais inclusiva e sensível à diversidade humana.

6. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste artigo alcançou seus objetivos principais, ao avaliar como a série Uma Advogada Extraordinária aborda o Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de sua narrativa e representações. A obra foi examinada a partir de uma perspectiva crítica, considerando os avanços na visibilidade e compreensão do transtorno, mas também destacando as limitações ainda presentes em sua abordagem.

Autores como Freire Filho (2005), Hall (2016) e Woodward (2000) foram fundamentais para fundamentar a análise teórica e compreender como a mídia molda percepções sociais e reforça práticas inclusivas ou discriminatórias. Esses teóricos permitiram investigar a dualidade da representação audiovisual, que ora desmistifica estereótipos, ora reforça visões capacitistas. A integração de referências como Mizael e Ridi (2022) e Goffman (2004) enriqueceu a compreensão sobre estigmas e a construção identitária de grupos neurodivergentes.

As hipóteses formuladas no início da pesquisa foram confirmadas em parte. A série contribui para ampliar a visibilidade do TEA e abordar tópicos como inclusão social e diversidade de experiências no espectro autista. No entanto, limitações como a prática do cripface e a perpetuação de estereótipos como a "Síndrome do Gênio" demonstram que ainda há lacunas na construção de narrativas mais autênticas e representativas.

Metodologicamente, a abordagem qualitativa e exploratória foi bem-sucedida, permitindo uma análise detalhada de aspectos técnicos e simbólicos da série, como o uso de elementos

audiovisuais para ilustrar características do TEA e as escolhas narrativas que moldam a percepção do público sobre a neurodiversidade.

Portanto, este estudo contribui para o debate sobre a representação do autismo na mídia, destacando a necessidade de maior sensibilidade, inclusão e protagonismo de pessoas autistas no processo criativo das produções audiovisuais. A construção de narrativas mais inclusivas é essencial para fomentar uma sociedade mais justa e compreensiva, que valorize a diversidade como um componente central de sua identidade cultural.

7. REFERÊNCIAS

AZEVEDO. M. O. Práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: uma revisão integrativa da literatura. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/ISKR>. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria De Atenção À Saúde. Departamento De Atenção Especializada E Temática. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias na Rede de atenção psicossocial do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <https://abre.ai/ISKR>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CIPRIANO, J. A.; ZAQUEU, L. C. C. A dupla excepcionalidade: altas habilidades/superdotação associada ao transtorno do espectro autista: compreendendo as especificidades. **Conjecturas**, ISSN: 1657-5830, v. 22,n. 1. 2022.

COIRO-MORAES, Ana Luiza. As personagens-tipo da síndrome do protagonista midiático. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 12, n. 23, 2013. Disponível em: <https://abre.ai/ISMk>. Acesso em: 28 dez. 2024.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 28, p. 18-29, 2005. Disponível em: <https://abre.ai/ISLW>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

HALL, Stuart. O papel da representação. in. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio: Apicuri, 2016

MANTOAN, M. T. E. A Inclusão Escolar: **O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas: Autores Associados, 2023.

MIZAEL, T. M.; RIDI, C. C. F. Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo e atuação socialmente responsável no Brasil: questões de gênero, idade, ética e protagonismo autista. **Rev. Perspectivas**. ed. especial, pp.054-068. 2022. Disponível em: <https://abre.ai/ISNU>. Acesso em: 08 ago. 2024.

OLIVEIRA, Marcelo. **A Formação de Profissionais para Atender a Diversidade: Abordagens sobre Neurodiversidade e Inclusão Escolar**. Rio de Janeiro: Editora Inclusiva, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Transtorno do espectro autista: Perspectivas globais**. s/d. Disponível em: <https://abre.ai/ISLx>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PINTO, A. G. **A educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas para o ensino de alunos com TEA**. São Paulo: Editora Vozes, 2021.

TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M.. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 13, n. 3, p. 296–299, 2008. Disponível em: <https://abre.ai/ISK5>. Acesso em: 18 jan. 2025.

TERRITÓRIO DEFICIENTE. Pessoas com deficiência: o que é cripface? 2020.

Disponível em <https://abre.ai/ISNN>. Acesso em: 25 out. 2024.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.

Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2000.

